

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO LUIZ FUX – DD. PRESIDENTE DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Eles não convocam tanques nem decretam estado de emergência; eles não assumem o poder com uma falange de soldados, mas com uma falange de juristas. Os novos autocratas parecem democratas fazendo jogo duro, e não ditadores jogando softball.¹

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DOM PAULO EVARISTO

¹
ARNS - COMISSÃO ARNS, pessoa jurídica de direito privado, associação civil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.968.898/0001-33, com sede na Av. Santos Dumont, 843, São Paulo/SP, CEP 01101-000, e-mail comissaoarns@comissaoarns.org (**Docs. 1**), por seus advogados e advogadas abaixo assinados (**Doc. 2**), com base no art. 102, I, b, da CF c/c art. 57, X, da Lei Complementar nº 75/1993, vem apresentar

REPRESENTAÇÃO

contra o Procurador-Geral da República, Sr. Antonio Augusto Brandão de Aras, para abertura de inquérito para investigação da existência de **crimes comuns** por ele praticados, nos termos a seguir postulados.

¹ Tradução livre de trecho em SCHEPPELE, Kim Lane. *Autocratic Legalism*, 2018

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti
Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões
Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

1. O CONTEXTO DO PAÍS

As instituições brasileiras passam pelo seu maior teste de resistência desde a Constituição de 1988. As tensões entre os Poderes da República, a quebra do decoro e da liturgia que devem orientar a relação entre os atores institucionais e os perigosos atentados contra as Instituições, ofendendo servidores públicos, ameaçando jornalistas, intelectuais e lideranças políticas, ataques a direitos e à ordem democrática, tudo isso põe em risco o saldo de conquistas acumuladas desde a resistência à ditadura civil-militar e consolidadas como direitos e garantias no texto da Constituição.

O quadro que se apresenta é preocupante e se revela a partir de múltiplas linhas de ataque tanto no campo da sociedade, com destaque para manifestações de rua pedindo fechamento do STF ou do Congresso Nacional², mas também dentro da própria seara estatal, por meio de condutas do Sr. Presidente da República³, de parlamentares ligados à base do governo e de outras figuras com posições de alto escalão na República que flagrantemente têm se referido à volta de um regime antidemocrático e/ou da destituição do Estado Democrático de Direito.

Tratam-se de ameaças reais e cotidianas noticiadas largamente pela imprensa e feitas por meio de redes sociais sem qualquer tipo de acanhamento, disfarce ou pudor.

As ameaças pululam diante da sociedade e das instituições, clamando por respostas firmes que assegurem o sentido democrático da

² Bolsonaristas pedem intervenção militar em atos pelo Brasil, 1 de maio de 2021. <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bolsonaristas-pedem-intervencao-militar-em-atos-pelo-brasil,2198ceed96381b5de049879217b2db7esws171eu.html>

³ Bolsonaro ataca Lula e ministros do STF, 07 de agosto de 2021. <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2021-08-07/bolsonaro-ataca-lula-ministros-stf--alguns-acham-que-sao-donos-do-mundo.html>

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

Constituição e das suas previsões relativas à separação dos Poderes, à defesa da cidadania, dos direitos sociais e dos direitos humanos.

As manifestações recentes de instâncias do Ministério Público, em especial por meio de manifesto público assinado por sub-procuradores gerais⁴; do Poder Judiciário, em especial no pronunciamento recente do Presidente Supremo Tribunal Federal⁵ e de organismos internacionais, tanto do sistema das Nações Unidas⁶ quanto de organizações da sociedade civil⁷, ilustram o quadro de sistemática violação de direitos fundamentais que vem se consolidando no Brasil e a urgência de que sejam adotadas medidas que salvaguardem as conquistas sociais plasmadas no texto da Constituição, de forma a preservar a democracia.

O pronunciamento da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Sra. Michele Bachellet, durante 45^a Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em setembro de 2020, sintetiza parte das preocupações vividas em relação ao Brasil quanto ao quadro de erosão democrática e de violação de direitos humanos:

No Brasil – assim como no México, El Salvador e outros lugares – nós estamos vendo um crescente envolvimento de militares em assuntos públicos e aplicação da lei. Apesar de reconhecer os desafios da situação de segurança, qualquer uso das Forças Armadas em segurança pública deve ser estritamente excepcional, com supervisão efetiva (...)

⁴⁴ <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2021-08-17/subprocuradores-bolsonaro-contagolpe.html>

⁵ Discurso do Ministro Fux suspendendo encontro entre os chefes dos Poderes, 05 de agosto de 2021: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/05/leia-a-integra-do-pronunciamento-de-fux-ao-cancelar-a-reuniao-dos-chefes-dos-poderes.ghtml>

⁶ Bachelet diz sentir “pena pelo Brasil” após polêmica com Bolsonaro, 22 de setembro de 2021. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/22/politica/1569180175_338668.html

⁷ Governo é denunciado na CIDH por violações sistemáticas aos direitos em meio à crise sanitária no Amazonas, 29 de janeiro de 2021 <https://terradereitos.org.br/noticias/noticias/governo-e-denunciado-na-cidh-por-violacoes-sistematicas-aos-direitos-em-meio-a-crise-sanitaria-no-amazonas/23531>

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

COMISSÃO ARNS

No Brasil, estamos recebendo relatórios de violência rural e expulsão de comunidades sem-terra, assim como ataques a defensores de direitos humanos e jornalistas, com ao menos 10 mortes este ano. A continuada erosão de conselhos independentes de consultas e participação das comunidades é também preocupante. Apelo às autoridades para que tomem medidas firmes que garantam decisões fundamentadas nas contribuições e necessidades do povo brasileiro.⁸

O cenário exige ações firmes e dirigidas dos poderes da República sob pena de total esgarçamento do Pacto Constitucional e irreversível perda de legitimidade das Instituições.

No entanto, essas ações só poderão ser tomadas se as pessoas que compõem as instituições estiverem à altura da grandeza e da importância de seus cargos e fizerem cumprir o mister constitucional que lhes foi outorgado.

O Ministério Público é organização central na ordem democrática e na constituição de um Estado de Direito, não por acaso, situa-se na Constituição da República como uma das funções essenciais à justiça. Com o papel da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127) o Ministério Público representou a grande inovação dentro da arquitetura institucional criada pela Constituição Federal de 1988 e cumpre o duplo papel de alargar o campo da vida democrática pugnando ativamente pela defesa de direitos, bem como desempenha o papel de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública.

⁸ <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/09/14/bachelet-alerta-para-envolvimento-de-militares-em-assuntos-publicos-no-brasil-e-restricoes-a-democracia.htm>

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

COMISSÃO ARNS

Em última instância, é do Ministério Público a responsabilidade de manutenção da ordem jurídica e de fiscalização do poder público em todas as suas esferas.

Neste sentido, o Procurador Geral, como chefe do Ministério Público, tem como missão constitucional atuar diante das graves violações de direitos humanos, assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos, zelar pelo efetivo respeito às instituições, e fiscalizar o Executivo, notadamente no tocante à legalidade dos atos do Presidente da República.

É do Procurador Geral da República, ainda, a difícil responsabilidade de investigar e, quando necessário, denunciar políticos com foro especial, como é o caso do Presidente da República, o qual é responsável por sua nomeação. Como todos os demais membros do Ministério Público, o Procurador Geral da República deve exercer suas funções com independência, resistindo às tentações de uma carreira política ou jurídica fora da instituição. Deste modo, é fundamental que possa agir com independência, inclusive, com relação à autoridade que o nomeou, tendo em vista se tratar da autoridade máxima de uma instituição cujas funções estão pautadas no texto constitucional.

Ocorre, porém, que o Sr. Procurador Geral da República não tem cumprido seu papel de guardião da constituição e das leis. Ao contrário, tem instrumentalizado politicamente a ampla discricionariedade que lhe é conferida pela Constituição, de forma a subverter as funções de seu cargo, atuando mais como um guardião do próprio governo e de seus integrantes, do que efetivamente cumprindo com seus deveres institucionais.

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

COMISSÃO ARNS

Os jornais trazem diariamente denúncias de atos e omissões do Sr. Presidente da República que mereceriam investigação pela PGR. Até em foro internacional o Sr. Presidente da República já foi representado em razão de sua ligação com possíveis crimes relacionados ao desmonte das estruturas da FUNAI e de proteção sócio-ambientais que estão colocando em risco a existência dos povos indígenas e um patrimônio dos brasileiros que é a Floresta Amazônica⁹.

Ademais, não se tem notícia de medidas tomadas pelo Procurador-Geral da República sobre esse assunto ou quaisquer outros dos graves delitos cometidos pelo Sr. Presidente da República ou por pessoas de seu entorno. Em direção oposta, vê-se o Sr. PGR atuando para, de modo ativo e deliberado, retardar, obstar e conter as medidas investigativas como têm assinalado analistas políticos e juristas de vários matizes teóricos¹⁰.

É nesse sentido que a Peticionária reúne uma série de atos e omissões por parte da referida autoridade, os quais sinalizam a possível ocorrência de crimes oriundos do descumprimento de suas funções institucionais, fazendo jus, portanto, à devida apuração, visando assegurar a proteção da ordem constitucional.

⁹ <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-01/acao-contra-bolsonaro-da-passo-inedito-no-tribunal-penal-internacional-enquanto-indigenas-se-preparam-para-denuncia-lo-por-genocidio-e-ecocidio-na-corte.html>

¹⁰ Sobre tais condutas ver, por exemplo: MENDES, Conrado Hubner Mendes: Augusto Aras não é Geraldo Brindeiros, *Folha*, 18 de agosto de 2021, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/conrado-hubner-mendes/2021/08/augusto-aras-nao-e-geraldo-brindeiro.shtml>; AMPARO, Thiago. Augusto Aras não existe, *Folha*, 18 de agosto de 2021, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thiago-amparo/2021/08/augusto-aras-nao-existe.shtml>; BARROS, Celso Rocha de. Mendonça e Aras são cabo e soldado de Bolsonaro em novo ataque à democracia. *Folha*, 2 de agosto de 2020, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2020/08/mendonca-e-aras-sao-cabo-e-soldado-de-bolsonaro-em-novo-ataque-a-democracia.shtml>

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

2. AS CONDUTAS DO SR. PROCURADOR GERAL

O exercício do poder público é condicionado. No desenho das atribuições do Ministério Público, não se vislumbra o papel de espectador das ações dos Poderes da República.¹¹

As condutas aqui denunciadas, a serem investigadas, passam por 3 subtipos: omissões, dispersões e ações contrárias a seu mandato constitucional, que serão melhor detalhadas abaixo.

As condutas omissivas apresentadas nesta representação passam pela **(i)** inação deliberada a partir de um pré-julgamento político e enviesado de determinada situação, deixando de abrir os inquéritos e investigações que seriam de sua responsabilidade; **(ii)** engavetamento de denúncias e representações feitas por deputados, cidadãos e entidades, sobre crimes do presidente e de seu entorno.

Vejamos.

2.1.1 RECUSA NA FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEI PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA E O ARQUIVAMENTO DE DENÚNCIAS SOBRE ESSE ASSUNTO

O Sr. PGR, desde o início da pandemia, se omitiu em relação a sua obrigação de atuar como fiscal da lei, exigindo a adoção de medidas destinadas ao combate da Covid-19, bem como de investigar a possível prática de diversos crimes comuns.

¹¹ WEBER, Rosa. STF. Petição 9.760 - Distrito Federal. 2021.

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

Sua conduta omissa se revelou tanto na total ausência de ímpeto próprio para conduzir investigações e cobranças relativas à inação e inépcia do Governo Federal no combate à pandemia, quanto no arquivamento sumário de todas as denúncias que lhe chegaram às mãos.

O Sr. PGR arquivou ou não deu sequência a todos os pedidos de abertura de investigação e denúncias-crime apresentadas contra o Presidente da República ou membros de seu governo relacionados à pandemia¹² ou instaurou meras investigações preliminares, por meio de despachos débeis e não fundamentados, como forma de protelar ações efetivas e/ou blindar-se da acusação de não estar atuando dentro do seu mister.

O Presidente transmitiu à população brasileira sinais de desautorização das medidas sanitárias em curso, adotadas e estimuladas pelo próprio Ministério da Saúde, demitiu Ministro da Saúde que vinha fazendo um trabalho referendado por toda a classe médica e científica no meio da crise, antagonizou-se com o sucessor em razão da insistência na divulgação de medicamento com ineficácia comprovada para o tratamento da COVID, realizou diversas manifestações e atos com forte potencial de desarticular os esforços que vinham sendo empreendidos no sentido de conter a curva de contaminação comunitária, criou uma guerra inexistente contra prefeitos e governadores adulterando dolosamente o texto literal de um julgado do STF acerca da competência concorrente nas medidas de enfrentamento à pandemia¹³.

¹² <https://veja.abril.com.br/politica/pgr-arquiva-seis-denuncias-contra-bolsonaro-por-causa-do-coronavirus/>

¹³ O episódio ensejou uma campanha do STF para esclarecer quanto ao conteúdo do julgado para contraditar a campanha de desinformação liderada pelo Presidente da República. STF contesta Bolsonaro e diz em nota que nunca proibiu governo federal de atuar contra pandemia:

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

COMISSÃO ARNS

Contra diversos atos tresloucados do governo federal foram ajuizadas inúmeras arguições de descumprimento de preceito fundamental (ADPFs) perante o Supremo Tribunal Federal pela sociedade civil ou pelos partidos políticos: para suspender as orientações do Ministério da Saúde para o uso da cloroquina no combate da Covid-19 (ADPF 707), para suspender peça publicitária do Governo Federal que veiculava a não obediência a medidas de isolamento social (ADPFs 668/669), para impedir a abertura de templos religiosos no momento de ascensão da curva de contaminação (ADPF 811), para obrigar o Governo Federal a fornecer oxigênio e insumos a hospitais de Manaus (ADPF 756), para obrigar o governo federal a comprar vacinas (ADPF 812). Esses são uns poucos exemplos.

Mas nenhuma medida, nenhuma ação, representação ou recomendação saiu da caneta do Sr. PGR. Ao contrário, em várias dessas ações, o Sr. PGR pediu sua extinção. A grave situação vivida pelo Brasil durante a pandemia, só minorada pela ação de Estados e Municípios, passou ao largo do gabinete do Sr. PGR.

A sociedade civil não se conformou, e por isso acionou o STF e também apresentou várias denúncias para investigação da prática do crime e incitação ao crime tipificado no artigo 268 do Código Penal (“infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa”).

Sem qualquer providência ou diligência, o Sr. PGR determinou o arquivamento de todas. Algumas delas seguem referidas abaixo:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/18/deciso-es-do-stf-nao-proibem-atuacao-do-governo-federal-para-combater-a-pandemia-diz-tribunal.ghtml>

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

i) Pedido de investigação apresentado pelo deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) apresentada perante o STF (Petição 8.744/DF no STF) (ainda em andamento em razão dos sucessivos aditamentos);

ii) Pedido de investigação apresentado pelos Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e a Rede Sustentabilidade (Rede) (Petição 8.759/DF no STF);

iii) Notícia-crime apresentada por Coalizão Negra por Direitos e Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADHu) em 26 de abril de 2020, em razão de possível infração ao disposto no art. 286 do Código Penal, em razão de incitação ao crime de infração de medida sanitária preventiva (art. 268 do Código Penal) em tese praticado pelo Presidente da República em pronunciamento oficial transmitido em rede nacional às 20h30 do dia 24.3.2020.

Em 26 de março de 2020, o Sr. PGR determinou o arquivamento sumário do MEMORANDO subscrito pelos Subprocuradores-Gerais da República coordenadores da 2ª, 4ª, 6ª e 7ª Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (CCR), bem como da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), pedindo que se expedisse recomendação ao presidente Jair Bolsonaro para que fizesse pronunciamentos relacionados à pandemia de covid-19 “de forma coerente e em sintonia com as orientações emanadas das autoridades sanitárias nacionais e da OMS (Organização Mundial de Saúde)” e do

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

Ministério da Saúde¹⁴. Nem mesmo os apelos dos membros do próprio Ministério Público em defesa da instituição foram considerados pelo Sr. PGR.

Em fevereiro de 2021, o Sr. PGR determinou o arquivamento da representação apresentada em 9 de janeiro de 2021¹⁵ por quatro ex-procuradores da República, um desembargador e um subprocurador-Geral da República aposentados, por crimes relacionados à pandemia (perigo para a vida ou saúde; infração de medida sanitária preventiva; emprego irregular de verbas ou rendas públicas; prevaricação). Não houve motivação adequada nessa decisão de arquivamento¹⁶.

2.1.2 COMISSÃO EM RELAÇÃO A DENÚNCIAS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprovou em 11 de dezembro de 2019 recomendação para o governo Jair Bolsonaro “*adequar-se imediatamente ao Programa Nacional de Direitos Humanos 3 em suas atividades, práticas administrativas e declarações públicas*”. A recomendação surge após o conselho aprovar parecer de novembro do mesmo ano, que apontou que a atual gestão do Governo Federal violou 36 vezes o programa, instituído por lei em 2009¹⁷.

O Sr. PGR é membro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos e, mesmo tendo tido acesso a esse relatório, não tomou qualquer providência nem efetuou qualquer recomendação, muito menos ajuizou qualquer medida para proteção dos direitos violados.

¹⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/pgr-arquiva-medidas-contrabolsonaro-e-mira-reforco-de-caixa-para-enfrentar-pandemia.shtml>

¹⁵ <https://www.migalhas.com.br/quentes/339651/ex-procuradores-acionam-pgr-contrabolsonaro-por-crimes-na-pandemia>

¹⁶ <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/aras-faz-arquivamento-sumario-de-pedido-de-denuncia-contrabolsonaro.html>

¹⁷ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/12/12/gestao-bolsonaro-violou-36-vezes-programa-de-direitos-humanos-diz-conselho.htm>

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

Na ADPF 635 (conhecida como ADPF das favelas) e na ADPF 709 (dos povos indígenas) há sucessivos descumprimentos de decisões judiciais e o Sr. PGR não toma nenhuma providência para impedir o massacre que tem ocorrido diariamente contra a população negra do Rio de Janeiro e contra os povos indígenas.

Exemplos de omissão, em várias áreas, negando a proteção de direitos, não faltam¹⁸.

2.1.3 OMISSÃO EM RELAÇÃO A AMEAÇAS A QUEBRA DA ORDEM DEMOCRÁTICA

Em 22 de agosto de 2020, o General Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, publicou uma “Nota à nação brasileira” colocando em xeque a independência dos poderes da República, ameaçando um rompimento democrático. O contexto em que se deu essa “nota” era a possibilidade de se determinar a apreensão do celular do Presidente da República para obtenção de provas do cometimento de ilícitos. Ali, diversos membros do governo passaram a debater a desvairada interpretação que o próprio Presidente da República pretendia dar ao artigo 142 da CF/88, de uso das forças armadas como poder moderador. Essas declarações do Presidente da República não foram isoladas nem únicas.

¹⁸ <https://www.jota.info/coberturas-especiais/liberdade-de-expressao/subprocuradores-querem-que-mpf-oficie-mec-por-censura-a-manifestacao-politica-04032021> e <http://www.mpf.mp.br/pfdc/noticias/pfdc-e-subprocuradores-pedem-a-aras-acao-no-stf-pela-inconstitucionalidade-de-propaganda-governamental-que-ameaca-saude-publica>

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

COMISSÃO ARNS

A esses episódios a classe jurídica¹⁹, o Conselho Federal da OAB²⁰, o Supremo Tribunal Federal e tantas outras organizações e instituições, inclusive esta Comissão Arns, responderam de forma contundente, na defesa da Democracia. O Sr. PGR, porém, deu entrevista endossando a fala golpista do Presidente da República²¹ (embora tenha recuado, após a péssima repercussão que essa sua fala produziu²²). Não apenas deixa de desempenhar sua missão constitucional de investigar ameaças ao regime democrático, como incentiva e dá moldura jurídica a essas ameaças.

Em agosto deste ano, diversos subprocuradores apresentaram um manifesto para instar o Sr. PGR a se posicionar sobre as ameaças do Presidente da República aos ministros do Supremo Tribunal Federal, bem como sobre a convocação de atos que expressam motivação golpista²³.

Os momentos de crise institucional pelo que o Brasil vem passando nos últimos 2 anos têm sido todos gestados no Palácio do Planalto, e o Presidente da República vem ameaçando há outros poderes ou convocando manifestações contrárias à democracia²⁴ ou a suas instituições^{25 26}.

¹⁹ <https://www.conjur.com.br/2020-jun-02/200-advogados-assinam-manifesto-defesa-democracia>

²⁰ <https://www.conjur.com.br/2020-jun-02/forcas-armadas-nao-exercem-papel-moderador-oab2>

²¹ <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/forcas-armadas-podem-ser-usadas-para-a-garantia-da-lei-e-da-ordem-diz-aras/>

²² <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/aras-esclarece-declaracao-e-afirma-que-constituicao-nao-preve-intervencao-militar.shtml>

²³ <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/aras-e-cobrado-por-31-subprocuradores-a-se-manifestar-sobre-ameacas-de-bolsonaro-a-democracia-e-aos-ministros-do-stf/>

²⁴ https://brasil.elpais.com/brasil/2020/01/12/politica/1578841564_993293.html

²⁵ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/25/interna_politica,830444/bolsonaro-dispara-video-convocando-para-ato-contra-o-congresso-e-o-stf.shtml

²⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/ato-pro-bolsonaro-em-brasilia-tem-carreata-e-xingamentos-a-moro-stf-e-congresso.shtml>

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

COMISSÃO ARNS

E o Sr. PGR, ao invés de investigar esses ataques ou se somar às denúncias que estão se multiplicando no âmbito do Judiciário (como no TSE ou no TCU, por exemplo), vem fazendo as vezes de fiel escudeiro do Presidente da República, atribuindo os ataques à democracia, à Constituição, ao sistema eleitoral e às instituições republicanas, a uma suposta liberdade de expressão ou de pensamento do presidente, em interpretação inacreditável dada a suas falas golpistas²⁷.

Outros membros do MPF²⁸ já cobraram, por pelo menos três vezes, que o Sr. PGR “agisse enfaticamente” contra os ataques do Presidente da República contra o sistema eleitoral e ministros do STF, sem que houvesse qualquer ação sobre o assunto. Até a Exma. Ministra Carmen Lúcia precisou reiterar determinação para que o Sr. PGR se manifestasse com urgência após vários dias de silêncio, em processo movido por deputados do PT contra o Presidente da República²⁹.

14

Esses são apenas alguns exemplos que demonstram uma grave tendência de deixar de praticar atos (investigações) que são de sua responsabilidade.

²⁷ <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2021/08/13/aras-indica-que-vai-considerar-ataques-de-bolsonaro-a-urnas-liberdade-de-expressao.ghtml>;
<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/aras-invoca-liberdade-de-pensamento-e-pede-ao-supremo-arquivamento-de-queixa-crime-contr-bolsonaro-por-violacao-a-lei-de-seguranca/>.

²⁸ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/08/17/cupula-da-pgr-pede-que-aras-investigue-bolsonaro-por-incitacao-ao-exercito.htm-media/>

²⁹ <https://oglobo.globo.com/politica/apos-13-dias-sem-resposta-carmen-lucia-da-24-horas-para-aras-se-manifestar-sobre-investigacao-contr-bolsonaro-25157341>

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

2.2 As dispersões

O que se passa a chamar de *dispersões* são os casos em que, se vendo obrigado a abrir determinadas investigações (por determinação do STF, por exemplo), o Sr. PGR dá outro foco, de forma a minimizar a possibilidade de danos a serem causados ao governo.

Neste tópico, são apresentados dois casos paradigmáticos:

(i) a abertura de investigação sobre a intervenção do Presidente Jair Bolsonaro na Polícia Federal, em que, de forma inédita, o representante (o ex-Ministro Sérgio Moro) foi incluindo como investigado por possível denúncia caluniosa no mesmo feito em que o representado (crime que, usualmente só é apurado se for verificado, no curso da investigação, que o representado mentiu, ocasião em que se arquiva a primeira e, aí sim, se abre outra para apuração denúncia caluniosa)³⁰;

(ii) a abertura da apuração sobre crime cometidos em Manaus em razão da omissão no acirramento da pandemia e da falta de oxigênio em face de governador e prefeito, tirando o foco e poupando o Presidente da República e o então Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello³¹.

Em ambos os casos, o Sr. PGR, pressionado pelo STF, pelo Congresso e pela sociedade abre investigação, mas o faz com a clara intenção de blindar o Presidente da República, em total descumprimento de suas funções constitucionais.

³⁰ <https://www.poder360.com.br/justica/pgr-pede-ao-supremo-apuracao-de-acusacoes-de-moro-contrabolsonaro/> e <https://www.poder360.com.br/justica/nao-estamos-acusando-nem-a-nem-b-diz-aras-sobre-inquerito-no-stf/>

³¹ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/01/congressistas-e-integrantes-de-tribunais-cobram-acao-de-aras-diante-da-calamidade-no-amazonas.shtml> e <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-determina-apuracao-sobre-atuacao-de-autoridades-do-amazonas-no-combate-a-covid-e-pede-informacoes-ao-ministerio-da-saude/> e <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2021/01/aras-abre-inquerito-no-stj-sobre-manaus-mira-governador-e-prefeito-e-poupa-governo-bolsonaro.shtml>

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

Vale dizer, ainda, neste tópico, lembrar que, em diversos casos, porque a instauração de inquérito era inevitável, o Sr. PGR age para que os processos de aliados do Presidente da República não tenham o andamento devido e sejam arquivados assim que a comoção em torno do assunto se disperse³².

Os exemplos não faltam: investigações abertas contra a Ministra Damares Alves³³, o Gal. Heleno³⁴, a Deputada Carla Zambelli³⁵ e o filho do presidente, Eduardo Bolsonaro³⁶. Todos cozinhados em banho-maria pelo Sr. PGR.

2.3 As ações

2.3.1 A INTERFERÊNCIA NA INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E PERSEGUIÇÃO DE OPOSITORES.

Além de se omitir e de agir com propositada incompetência, o Sr. PGR assumiu papel de destaque para blindar o Presidente da República e seus ministros, interferindo, de maneira inédita, no princípio da independência funcional.

Na semana do dia 7 de abril de 2020, o Sr. PGR expediu ofícios para todos os ministros de estado determinando que não respondessem quaisquer recomendações ou ofícios oriundos de procuradores do MPF, afirmando que qualquer comunicação para autoridades federais só poderia

³² <https://www.poder360.com.br/justica/aras-arquiva-apuracao-sobre-fala-de-salles-sobre-irpassando-boiada/e> <https://www.poder360.com.br/justica/aras-se-manifesta-pela-rejeicao-de-queixa-crime-do-greenpeace-contra-salles/>

³³ <https://www.poder360.com.br/justica/stf-envia-a-aras-noticia-crime-contra-damare-porfala-sobre-governadores/>

³⁴ <https://www.poder360.com.br/justica/pgr-investigara-heleno-por-nota-contra-apreensao-docelular-de-bolsonaro/>

³⁵ <https://www.poder360.com.br/justica/aras-pede-investigacao-no-mpf-contra-zambelli-sobre-mensagens-a-moro/>

³⁶ <https://www.poder360.com.br/justica/celso-pede-que-aras-analise-pedido-de-investigacao-contra-eduardo-bolsonaro/>

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

ser respondida se saíssem da própria PGR. Sob o pretexto de preservar a atribuição dos órgãos superiores do MPF e em nome de uma “unidade institucional”, o Sr. PGR atentou contra a garantia constitucional da independência funcional dos membros do MPF, prevista no art. 127, §1º, da Constituição. Toda a categoria de procuradores reagiu contrariamente a essa determinação³⁷.

Houve um emparedamento da atuação dos procuradores de primeira instância, com o claro propósito de evitar medidas de qualquer membro da instituição Ministério Público contra o governo federal, notadamente por conta dos questionamentos relativos às omissões e crimes cometidos durante a pandemia³⁸. Essa é uma ação gravíssima, principalmente ao se considerar que a existência de ameaças aos que contrariassem a “orientação” superior^{39 40}.

2.3.2 A BLINDAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DE SEUS ALIADOS

Os exemplos sobre esse tópico se acumulam e demonstram que o Sr. PGR age mais como advogado pessoal do presidente do que como promotor de justiça: pareceres favoráveis ao sigilo reunião ministerial em que o ex-Ministro Sergio Moro acusou o Presidente a interferir na polícia federal⁴¹; pareceres contrários à fixação de prazo análise de pedidos de

³⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/aras-manda-recolher-oficios-de-procuradores-ao-governo-bolsonaro-e-categoria-reage.shtml>;

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/14/aras-bloqueia-questionamentos-do-mpf-a-ministros-e-abre-crise.ghtml>

³⁸ <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/04/13/procurador-coronavirus-pgr.htm> e <https://oglobo.globo.com/brasil/aras-blinda-governo-bolsonaro-de-demandas-de-procuradores-do-mpf-sobre-coronavirus-1-24370052>

e <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/09/coronavirus-aras-diz-ao-stf-que-recomendacao-a-procuradores-nao-fere-independencia-do-mp.ghtml>

³⁹ <https://oglobo.globo.com/brasil/aras-diz-que-procuradores-nao-podem-rejeitar-diretrizes-dos-orgaos-superiores-da-pgr-1-24570684>

⁴⁰ <https://oglobo.globo.com/brasil/corregedora-da-pgr-aponta-manobra-de-aras-para-blindar-aliados-perseguir-adversarios-24940697>

⁴¹ <https://www.istoedinheiro.com.br/pgr-defende-no-supremo-divulgacao-parcial-de-reuniao-ministerial/>

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

impeachment contra o Presidente da República⁴²; pareceres favoráveis ao suposto direito do Presidente da República não prestar depoimento em inquérito sobre a interferência na Polícia Federal⁴³; parecer favorável ao orçamento secreto sob o qual há suspeitas de estar sendo usado como mecanismo de garantir votos para o Presidente da República na Câmara dos Deputados⁴⁴; parecer contrário ao uso das provas colhidas no inquérito das *fake news*⁴⁵; parecer contrário à apreensão do celular do Presidente da República⁴⁶; pareceres favoráveis ao filho do Presidente, Flavio Bolsonaro⁴⁷ nos diversos casos em que ele é investigado; arquivamento de denúncia contra o depurado Arthur Lira, logo em seguida da retomada das negociações do Presidente da República com parlamentares do chamado Centrão⁴⁸.

3. A IDENTIFICAÇÃO DOS ILÍCITOS

Diante de todas as omissões e atos acima expostos, tendo em vista o dever funcional do Procurador-Geral da República e, sobretudo, de sua qualidade de funcionário público para fins penais, é possível verificar indícios de condutas tipificadas criminalmente, as quais precisam ser investigadas e apuradas com afinco, visando à eventual responsabilização do agente. Neste sentido, elenca-se, a seguir, alguns tipos penais que ensejam a subsunção das condutas acima descritas.

⁴² <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/08/26/aras-se-manifesta-contra-stf-fixar-prazo-para-maia-analisar-pedidos-de-impeachment.ghtml>

⁴³ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/12/03/pgr-defende-direito-de-bolsonaro-nao-depor-sobre-interferencia-na-pf>

⁴⁴ https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/08/13/interna_politica,1295828/aras-da-parecer-favoravel-ao-orcamento-secreto.shtml

⁴⁵ <https://piaui.folha.uol.com.br/rebeliao-contra-aras/>

⁴⁶ <https://www.poder360.com.br/justica/aras-se-manifesta-contra-apreensao-do-celular-de-bolsonaro/>

⁴⁷ <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pgr-pede-rejeicao-de-acao-da-rede-contra-foro-de-flavio-bolsonaro/> e <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/pgr-pede-aof-stf-que-rejeite-recurso-contra-foro-privilegiado-de-flavio-bolsonaro.shtml>

⁴⁸ <https://www.poder360.com.br/lava-jato/pgr-desiste-de-denunciar-deputado-arthur-lira-por-corrupcao-na-lava-jato/>

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

Diante de inúmeras condutas criminosas e atentatórias ao Estado Democrático de Direito perpetradas pelo Presidente da República, principalmente quanto a sua atuação no enfrentamento da pandemia, cabe ao Procurador Geral da República requisitar a abertura de inquéritos ou mesmo ajuizar as ações penais cabíveis, não podendo recusar-se de fazê-lo, tendo em vista a obrigatoriedade que a lei impõe em relação aos crimes de ação penal pública incondicionada. Neste sentido, identificado o pressuposto que lhe imponha o dever de agir, não poderia o Sr. PGR ter se absterido.

Apesar das inúmeras manifestações públicas do chefe do executivo, no qual se vislumbra crimes flagrantes de responsabilidade, o Sr. PGR permaneceu inerte, com uma atuação omissa e passiva, não cumprindo com suas obrigações e, quando as cumpriu, o fez com vícios de incompetência acintosa. Ao retardar atos propositalmente, extrapolando prazos estipulados em lei, não permitindo que efeitos sejam gerados, não dando o devido andamento aos casos, parece incidir na conduta prevista no art. 319 do CP.

A postura do PGR aduz uma cumplicidade deliberada com o Presidente da República, parecendo estar configurado o interesse pessoal do agente público em beneficiar o chefe do executivo que caracteriza o delito de **prevaricação**.

Análise minuciosa⁴⁹ das Professoras Eloisa Machado e Luiza Pavan Ferraro publicada na edição de hoje da Folha de S. Paulo, p. A6, sobre a situação das ações constitucionais movidas contra o Governo Jair Bolsonaro no STF, revela absoluto alinhamento entre a PGR e a AGU quando se manifestam nessas mesmas ações, em torno de 85,71% em

⁴⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/pgr-e-agu-se-alinham-na-defesa-de-atos-de-bolsonaro-aponta-estudo-sobre-aco-es-movidas-no-supremo.shtml>

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

relação ao mérito e 93,97% em questões processuais de admissibilidade. As autoras do estudo ressaltam que o alinhamento em si não seria problema grave.

O fato, no entanto, é que a coincidência de posições ocorre na defesa do poder discricionário do Presidente sem base na Constituição Federal e na chancela a todos os atos questionados do presidente e seus ministros, independentemente da institucionalidade de tais atos e muitas vezes com ausência de embasamento científico para estruturação de políticas públicas, inclusive no apoio a medicamentos não considerados eficazes.

Essa análise reforça os fatos aqui relatados no sentido da necessidade premente de responsabilização do Sr. PGR pelos atos e omissões apontados.

20

Sua omissão é axiomática, utilizando de subterfúgios para justificar crimes que deveria estar apurando, mesmo diante de evidências que preferiu desprezar. Ao reconhecer uma suposta liberdade de expressão política do Presidente da República na ameaça às instituições ou ao sistema eleitoral, ou mesmo ao endossar falas insurgentes associadas à intervenção militar constitucional, o Sr. PGR deixa de praticar o ato, ou seja, de investigar. Ao arquivar as inúmeras representações feitas contra o Presidente da República, sem justa causa, ao direcionar investigações para outros focos, ao blindar aliados do governo em seus pareceres, o Sr. PGR mostra a parcialidade que um procurador da república não tem a prerrogativa de ter, sob pena de praticar ato contrário a disposições expressas de lei.

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

Insta destacar que a prevaricação é um crime funcional, praticado por funcionário público contra a Administração Pública. Sendo assim, equivale a um ato de improbidade administrativa, conforme dispõe o art. 11, II, da Lei n. 8.429/92. E a conduta do Sr. PGR parece atentar contra princípios da Administração Pública.

Ademais, é importante pontuar a necessidade de investigar se suas condutas estão diretamente ligadas a uma promessa de nomeação para cargos, o que poderia configurar o “benefício próprio” exigido por vários tipos penais. De toda forma, é certo que o ato de improbidade se expressa pela má conduta, violando os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

Ao analisar as condutas do Sr. PGR, destacando as ações que blindam o presidente processualmente em questões que não estão relacionadas com sua função executiva, pode-se caracterizar uma atuação em nome de interesses não públicos.

Portanto, é necessário apurar, investigar e punir, ainda, a ocorrência de quaisquer outras condutas típicas

4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, requer-se o conhecimento da representação, com seu **encaminhamento ao Conselho Superior do Ministério Público**, cujo Vice-Presidente deverá designar o Subprocurador-Geral da República competente para investigar os crimes comuns eventualmente praticados pelo Sr. Procurador Geral da República, nos termos da lei.

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP

COMISSÃO ARNS

Findas as investigações, aguarda-se o prosseguimento da representação a fim de que o Sr. Antonio Augusto Brandão de Aras seja devidamente processado pelos crimes comuns, cujos indícios firmam abundantemente retratados pelas notícias veiculadas e procedimentos em curso ou arquivados na PGR.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Brasília, 20 de agosto de 2021

José Carlos Dias

OAB/SP 16.009

Belisário dos Santos Jr.

OAB/SP 24.726

Juliana Vieira dos Santos

OAB/SP 183.122

Ailton Krenak
Líder indígena e ambientalista

André Singer
Cientista político e jornalista

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Advogado, ex-presidente da OAB/SP

Belisário dos Santos Jr.
Advogado, membro da Comissão Internacional de Juristas

Cláudia Costin
Professora universitária, ex-ministra da Administração

Dalmo de Abreu Dalari
Advogado, professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato
Advogado, doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP

José Carlos Dias
Presidente da Comissão Arns, Advogado, ex-ministro da Justiça

José Gregori
Advogado, ex-ministro da Justiça

José Vicente
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Laura Greenhalgh
Jornalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado

Luiz Felipe de Alencastro
Historiador, professor da Escola de Economia da FGV/SP e professor emérito da Sorbonne Université

Manuela Ligeti Carneiro da Cunha
Professora da USP e da Universidade de Chicago, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente de honra da Comissão Arns, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Maria Hermínia Tavares de Almeida
Cientista política, professora titular da Universidade de São Paulo

Maria Victoria Benevides
Socióloga e cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP

Oscar Vilhena Vieira
Advogado, professor da Faculdade de Direito da FGV/SP

Paulo Vannuchi
Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos

Paulo Sérgio Pinheiro
Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos

Sueli Carneiro
Filósofa, feminista, ativista anti-racista e diretora do Geledés

Vladimir Safatle
Filósofo, professor do Departamento de Filosofia da USP